

Estatuto das microempresas vai à sanção presidencial

Texto aprovado ontem pelo plenário do Senado deve facilitar instalação e funcionamento dos mais de 4 milhões de pequenos negócios em todo o país e estimular a geração de novos empregos



No plenário lotado, senadores aprovaram estatuto e ressaltaram a rapidez com que Congresso apreciou a matéria

O plenário do Senado aprovou ontem e enviou à sanção presidencial o Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, de autoria do senador José Sarney. Ele dá a cerca de 4 milhões de empresas, responsáveis por 60% dos empregos do país, tratamento jurídico diferenciado, simplificado e facilitado. Pelo estatuto, microempresas são as firmas individuais ou pessoas jurídicas com faturamento anual de até R\$ 244 mil. Pequena empresa é aquela cujo faturamento não ultrapassa R\$ 1,2 milhão. A aprovação do projeto foi saudada por diversos senadores.

PÁGINA 3

CAE aprova Simples para prestadores de serviços profissionais

PÁGINA 6



Na reunião entre ACM e os líderes, só o PMDB foi contra a indicação de um deputado tucano para a relatoria do Plano Plurianual

LÍDERES DECIDEM DAR AO PSDB RELATORIA DO PPA

Os líderes partidários na Câmara e no Senado concluíram, em reunião com o presidente do Congresso, Antonio Carlos Magalhães, que um deputado do PSDB deve relatar o Plano Plurianual de Investimentos (PPA).

PÁGINA 2

CPI DO JUDICIÁRIO

Trabalhos são prorrogados para investigar Tribunal de MT

A CPI do Judiciário decidiu funcionar até 30 de novembro para apurar as denúncias contra membros do Tribunal de Justiça de Mato Grosso. A data antes prevista para conclusão dos trabalhos era 5 de outubro.

PÁGINA 5



O ministro do Planejamento, Martus Tavares, disse aos senadores que os recursos do Banco Interamericano destinam-se à área social

TAVARES FALA NA CAS SOBRE OPERAÇÃO DO BID

PÁGINA 4

Deputado do PSDB será relator do PPA

Líderes partidários, em reunião com o presidente do Congresso, aprovam os critérios de rodízio e proporcionalidade e criam dez relatorias setoriais



O ministro Lech Gardocki conversa com o presidente do Senado

ACM recebe comitiva de juizes poloneses

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, recebeu ontem a visita de uma comitiva de juizes poloneses, representantes da Suprema Corte daquele país. Em companhia do ministro Antonio de Pádua Ribeiro, presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), os magistrados poloneses estiveram também com o presidente da Câmara, Michel Temer. De acordo com o ministro Pádua Ribeiro, há um bom intercâmbio entre Brasil e Polônia na área do Judiciário. O senador Antonio Carlos teve a oportunidade de recordar na conversa com o ministro Lech Gardocki, primeiro-presidente da Suprema Corte de Justiça da Polônia, a visita que fez àquele país no início da década de 60, "quando os tempos eram outros", relatou o presidente do STJ.

Reunião do presidente do Congresso Nacional, Antonio Carlos Magalhães, com lideranças partidárias das duas Casas legislativas decidiu ontem que o relator do Plano Plurianual de Investimentos (PPA) será um deputado do PSDB, respeitando-se os critérios de rodízio e proporcionalidade entre as bancadas. A liderança do PMDB, que estava representada pelo deputado Geddel Vieira Lima, foi contra, mas Antonio Carlos informou mais tarde que pretende conversar com os senadores Jader Barbalho (PA), líder do PMDB no Senado e presidente do partido, e Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), presidente da Comissão Mista do Orçamento, pois considera "importante também ter o apoio do PMDB".

À saída da reunião, o senador José Eduardo Dutra (PT-SE) e o deputado José Genoíno (PT-SP), falando pela



A decisão dos líderes na reunião com Antonio Carlos foi saudada como "democrática" pela oposição, por dar oportunidade aos partidos menores

oposição, saudaram "a democratização do processo de escolha dos relatores e relatores setoriais dos projetos importantes, a partir do impasse verificado entre os grandes partidos na indicação do relator do PPA".

O senador Sérgio Machado (PSDB-CE) confirmou, ao final do encontro, que "a decisão de adotar os critérios de rodízio

e proporcionalidade foi um consenso das lideranças partidárias do Senado e da Câmara, à exceção da liderança do PMDB". O deputado Inocêncio Oliveira (PE), líder do PFL, apoiou a decisão das lideranças partidárias e revelou que além da relatoria central, "a exemplo do projeto do Orçamento, o PPA também terá 10 relatorias setoriais".

ACM pede à ONU urgência no envio de tropas ao Timor

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, determinou ontem o envio de correspondência oficial ao secretário-geral da ONU, Kofi Annan, solicitando urgência na preparação de uma força de paz para o Timor Leste. O ato do presidente atende a pedido de parlamentares e representantes de entidades que integram comitê de solidariedade ao povo timorense, recebidos em audiência ontem à tarde.

Antonio Carlos disse que se sentia à vontade para tomar a iniciativa de dirigir-se à ONU, porque se manifestou publicamente contra as violências no Timor Leste assim que elas foram divulgadas. O senador acredita que somente a che-



O presidente do Senado recebeu parlamentares e representantes de entidades da sociedade civil

gada da força de paz poderá pôr fim aos abusos que vêm sendo cometidos.

A deputada Luíza Erundina (PSB-SP) lamentou a demora da reação internacional contra os episódios no Timor. O senador Moreira Mendes (PFL-RO) disse que a participação de brasileiros na for-

ça da ONU "é um dever ao qual não poderemos nos furtar". Já o senador Tião Viana (PT-AC) elogiou a atitude de Antonio Carlos, graças a qual "o Senado saiu na frente

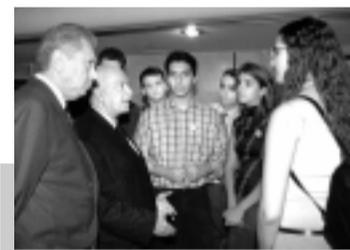
em favor da democracia".

Também estavam presentes os deputados Pedro Ferro (PT-PE), Avenzoar Arruda (PT-PB) e José Pimentel (PT-CE) e representantes da OAB, CUT, Anistia, Federação Internacional dos Jornalistas e Conselho Federal de Psicologia.

Estudantes querem apuração de denúncias

Um grupo de estudantes de Direito de Mato Grosso, que veio a Brasília para entregar documento com seis mil assinaturas, pedindo a apuração das denúncias sobre corrupção na Justiça daquele estado, foi recebido ontem pelo presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães.

Acompanhados do senador Carlos Bezerra (PMDB-MT), os estudantes relataram o estado de comoção em que se encontra a sociedade de Mato Grosso, após a morte do juiz Leopoldino do Amaral, que havia feito denúncias de irregularidades no



ACM, ao lado do senador Carlos Bezerra, conversa com os estudantes

Judiciário estadual. Segundo os estudantes, a população exige a investigação isenta dos fatos e a punição exemplar que possa evitar sua repetição.



O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, recebeu ontem a visita de cortesia de Maristela e Márcia Kubitschek, acompanhadas de Sérgio Vasconcellos.

AGENDA

QUARTA-FEIRA, 15 DE SETEMBRO DE 1999

Antonio Carlos Magalhães
Presidente

- ▶ 10h - Preside sessão do Congresso Nacional
- ▶ 15h30 - Preside sessão deliberativa do Senado
- ▶ 18h - Participa do lançamento do 2º volume da coleção de CDs "Os Grandes Momentos do Parlamento Brasileiro". *Salão Azul do Senado*

PLENÁRIO

- ▶ 10h - Sessão Conjunta do Congresso Nacional
Pauta: Apreciação de vetos presidenciais. *Plenário da Câmara dos Deputados*
- ▶ 14h30 - Sessão deliberativa ordinária
Pauta: Diversas matérias, entre elas o *PLS nº 63/95, que estabelece a revisão obrigatória da declaração do IR dos detentores de cargo eletivo ou diretivo na administração pública.

COMISSÕES

- ▶ 9h - Comissão de Assuntos Sociais
Pauta: Diversas matérias, entre elas: *PLC nº 73/96, revoga o art. 318 da CLT; *PLC nº 60/95, que institui a Gratificação de Adicional por Tempo de Serviço aos empregados em geral; *PLS nº 191/99, que dispõe sobre a criação do Centro Nacional para Estudos, Conservação e Manejo das Plantas Mediciniais Brasileiras; *PLS nº 267/99, altera a CLT, para dispor sobre a estabilidade do empregado portador do vírus HIV; e *PLS nº 258/99, que dispõe sobre a obrigatoriedade de cirurgia plástica reparadora nos casos de mutilação pós-cirúrgica, e de defeitos físicos, genéticos ou decorrentes de acidentes de trabalho. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 9*
- ▶ 10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
Pauta: Diversas matérias, entre elas: *PLS nº 482/99, altera o art. 10 da Lei nº 9.504/97, que amplia o número máximo de candidaturas passíveis de registro pelos partidos políticos nas eleições legislativas em todos os níveis da federação; *PLS nº 194/99, altera a Lei nº 9.504/97, que estabelece normas para as eleições a fim de ampliar a segurança e a fiscalização do voto eletrônico; e *PEC nº 49/99, acrescenta parágrafo aos artigos 28 e 29 da Constituição federal para estabelecer que a transmissão de cargo, substituição ou a sucessão do governador e do prefeito ocorrerá imediatamente após ausência, impedimento ou vacância dos titulares. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 3*

- ▶ 17h - CPI do Sistema Financeiro
Depoimentos: Cristiano Buarque Franco Neto, diretor do Banco Bozano, Simonsen, e Yssuyuki Nakan. Ala Senador Nilo Coelho - Sala 2

- ▶ 17h - CPI do Judiciário
Pauta: Reunião Administrativa. *Ala Senador Nilo Coelho - Sala 2*

Após Ordem do Dia - Subcomissão do Cinema Brasileiro
Pauta: Cronograma de trabalho e atividades para o mês de setembro e indicação dos suplentes da subcomissão. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 15*

ESPECIAL

- ▶ 18h - Lançamento do 2º volume da coleção de CDs - "Os Grandes Momentos do Parlamento Brasileiro". *Salão Azul do Senado*

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima (licenciado)
2º Secretário: Carlos Patrocínio (no exercício da 1ª Secretaria)
3º Secretário: Nabor Júnior
4º Secretário: Casildo Maldaner
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1070
Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3327
Editor-Chefe: João Carlos Ferreira da Silva
Editores: Marcos Magalhães, Sylvio Guedes, Djalba Lima e Sylvio Costa
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Moraes
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro, Waldemir Rodrigues, José Cruz e Jane Araújo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Micro e pequenas empresas ganham estatuto

Plenário do Senado aprova e envia à sanção presidencial projeto de José Sarney que dará tratamento jurídico diferenciado, simplificado e facilitado aos cerca de quatro milhões de pequenos empreendedores do país

Vai à sanção presidencial o projeto de lei aprovado ontem pelo plenário, de autoria do senador José Sarney (PMDB-AP), criando o Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. Referindo-se à rapidez com que a iniciativa foi à Câmara e voltou para votação no Senado, em forma de substitutivo, o presidente da Casa, senador Antonio Carlos Magalhães, disse que essa é uma demonstração de que o Congresso trabalha e produz eficientemente.

Último a falar nos debates que antecederam a votação, Sarney foi elogiado por quase todos os senadores que se manifestaram na tribuna (*ver matéria abaixo*). Seu projeto normatiza princípios constitucionais e dá às micro e pequenas empresas tratamento jurídico diferenciado, simplificado e favorecido. Com isso, 4 milhões desses empreendimentos, responsáveis por 60% da oferta de emprego no Brasil, poderão ter tratamento diferenciado no pagamento de impostos, contribuições, taxas públicas e Imposto de Renda.

A lei aprovada considera microempresas as firmas individuais ou pessoas jurídicas com faturamento anual de até R\$ 244 mil. Já para enquadramento



Sarney pediu que governo crie logo o fórum permanente das microempresas

como pequena empresa, o faturamento não poderá ultrapassar R\$ 1,2 milhão. Além de aumentar os valores para enquadramento de micro e pequenas empresas, o estatuto simplifica os procedimentos burocráticos para o registro desses estabelecimentos, assim como as exigências para seu enquadramento no regime de declaração de tributos denominado Simples.

Ao comentar o momento de alegria vivido pelo Senado, José Sarney fez um apelo para que o Ministério do Desen-

volvimento crie logo o fórum permanente das micro e pequenas empresas, em sua opinião, de extrema importância para o atendimento das demandas que vão surgir. Também disse que espera ter ajudado o Brasil a melhorar a situação dos pequenos empreendedores. E lembrou que durante seu governo o país teve o menor índice de desemprego: 2,75%.

Conforme Sarney, sua iniciativa não consistiu num gesto isolado, mas traduzia uma visão que resume toda sua carreira política, sempre preocupada com o problema social. "Eu tenho sido um grande crítico da Constituição em vigor, mas no que se refere ao social reconheço que ela tem grandes e necessários avanços", observou o ex-presidente.

Sarney lembrou que na mensagem em que, como presidente da República, convocou a Assembléia Nacional Constituinte, salientara que a nação precisava de uma Carta que oferecesse mais direitos políticos e sociais. Também recordou que, no governo, preocupou-se com as micro e pequenas empresas, ressaltando contudo que o estatuto não é obra exclusivamente sua. "Agradeço as referências a meu nome, mas quero fixar que muito devemos a Afif Domingos e ao Sebrae, que dedicaram grande apoio a essa iniciativa", informou o senador. Ele elogiou também o trabalho do deputado Custódio Mattos, relator da matéria na Câmara.



Jorge Werthein, da Unesco, deputado Severino Cavalcanti, senador Geraldo Melo e Walter Franco, da ONU, na abertura do evento

Congresso adere a campanha pela paz e a não-violência

O Congresso Nacional e as representações da Unesco e das Nações Unidas no Brasil promoveram ontem, no plenário do Senado, o lançamento da campanha internacional pela afirmação do ano 2000 como "Ano Internacional da Cultura da Paz", e da próxima década como a "Década Internacional da Cultura da Paz e da Não-Violência".

O "Manifesto 2000 por uma Cultura de Paz e Não-Violência" foi esboçado por um grupo de laureados do Prêmio Nobel da Paz, durante o 50º aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Entre eles figuram, Adolfo Perez Esquivel, Michail Gorbachev, Shimon Peres, José Ramos Horta, Desmond Tutu, Carlos Ximenes Belo, Nelson Mandela e o Dalai Lama.

Durante a cerimônia, assinaram o manifesto o vice-presidente do Senado, Geraldo Melo (PSDB-RN), o vice-presidente da Câmara, deputado

Severino Cavalcanti, o representante da Unesco no Brasil, Jorge Werthein, e o coordenador do Programa das Nações Unidas no país, Walter Franco. A meta das Nações Unidas é obter a assinatura de 100 milhões de pessoas até a data de inauguração da Assembléia-Geral da ONU, em setembro do ano 2000.

A senadora Emilia Fernandes (PDT-RS), uma das organizadoras da programação, leu o manifesto afirmando que "o lançamento da campanha visa a representar um momento de reflexão, alerta e mobilização para se buscar caminhos e formas de conquistar a paz nos vários níveis das relações humanas".

O senador Geraldo Melo (PSDB-RN), que presidiu a sessão, manifestou a esperança de que "a paz não venha a ser, apenas, ausência de guerra, mas uma era em que os homens se olhem de frente, como irmãos".

Senado lança hoje novo volume da coleção *Grandes Momentos*

O segundo volume da coleção *Grandes Momentos do Parlamento Brasileiro* será lançado hoje, às 18 horas, no Salão Azul do Senado que contará com a presença do presidente da Casa, senador Antonio Carlos Magalhães. Apresentada em CD e na versão impressa, a coleção traz a transcrição de discursos que retratam momentos históricos do Congresso Nacional, a partir de 1961.

Neste segundo volume, entre outros, estão o discurso em que o deputado Márcio Moreira Alves defende-se contra solicitação do Ministério da Justiça, de cassação de seu mandato; o pronunciamento com que o deputado Ulysses Guimarães encerrou os trabalhos da As-



Segundo volume inclui o último discurso de Fernando Henrique no Senado

Assembléia Nacional Constituinte; e o discurso com que o senador Fernando Henrique Cardoso despediu-se no Senado para assumir a Presidência.

Senadores destacam importância da proposta

Elogios ao senador José Sarney (PMDB-AP) foram feitos por quase todos os senadores que falaram antes da votação do projeto. O senador Jader Barbalho (PMDB-PA) ressaltou o momento especial vivido pelo Legislativo ao aprovar essa matéria na atual conjuntura por que passa o país. "Hoje, um dos maiores problemas da sociedade é a geração de empregos. E em várias partes do mundo, essa questão foi enfrentada e resolvida por meio das micro e pequenas empresas, sendo exemplo disso a Itália", disse ele.

Paulo Hartung (PSDB-ES) elogiou o estatuto por eliminar entraves burocráticos hoje enfrentados pelas pequenas e micro empresas, explicando que o controle da legalidade não deve constituir empecilho ao empreendimento.

A necessidade da atuação do Poder Executivo na implementação do estatuto foi destacada por Roberto Saturnino (PSB-RJ). Ele alertou para o fato de que "esse projeto tão importante autoriza, regulamenta, determina, mas a materialização dos seus objetivos vai depender da vontade política do Executivo de implementar um programa efetivo de apoio à pequena e à micro empresa".

Embora tenha apoiado a iniciativa, o senador Roberto Requião

(PMDB-PR) advertiu que ela é inócua. "Não adianta um estatuto se as empresas não têm crédito, se os juros chegam a 280% ao ano e se os impostos continuam gravando de forma brutal o trabalho e a produção", avisou ele.

Marina Silva (PT-AC) definiu a iniciativa como de alta relevância social. Em sua opinião, num momento de crise como a enfrentada pelo Brasil, esse estatuto contribuirá para preservar empregos e para criar novas oportunidades de trabalho.

O senador Pedro Simon (PMDB-RS), depois de elogiar o senador José Sarney (PMDB-AP), afirmou que "esse é um projeto sério. Vejo aqui um projeto acabado. Isto não é experiência, projetos como esse já são executados em vários países do mundo".

Bernardo Cabral (PFL-AM) leu o artigo da Carta que prevê um tratamento favorecido às micro e pequenas empresas. O dispositivo, conforme Cabral, foi de autoria do ex-deputado Afif Domingos.

O senador José Alencar (PMDB-MG) afirmou que, quando o Senado se preocupa com as empresas de pequeno porte, dá um alento à economia brasileira, abrindo caminho para a geração de empregos. Já Sebastião Rocha (PDT-AP) saudou o Congresso por, num período de tempo relativa-

mente curto, aprovar o projeto, de iniciativa de um parlamentar.

Eduardo Suplicy (PT-SP) ressaltou a importância de o Legislativo estar atento ao desenvolvimento das pequenas empresas.

Hugo Napoleão (PFL-PI) apontou as inúmeras vantagens que esse estatuto propiciará às 4 milhões de pequenas empresas existentes no país, lembrando que elas absorvem 60% do mercado de trabalho.

Ratificado texto da convenção sobre seqüestro

O Senado aprovou ontem o texto da Convenção sobre os Aspectos Cíveis do Seqüestro Internacional de Crianças, assinada em Haia, em 1980. Os países signatários dessa convenção concordaram em promover o retorno imediato da criança ao estado de residência habitual quando sujeita a efeitos prejudiciais resultantes da mudança de domicílio ou da retenção ilícita. O texto chegou a plenário com o parecer favorável que o senador Romeu Tuma (PFL-SP) apresentou na Comissão de Relações Exteriores.

O plenário também decidiu renovar concessões deferidas a duas emissoras. Foram beneficiadas a Rádio Educadora de Guajará-Mirim, de Rondônia, em onda tropical (OT); e a Rádio Difusora de Londrina, no Paraná, em onda média (OM).

Martus Tavares explica pedido de empréstimo junto ao BID

Durante reunião da Comissão de Assuntos Sociais, o ministro do Planejamento afirma que financiamento faz parte de acordo com o FMI

O ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Martus Tavares, explicou ontem aos integrantes da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) o pedido de autorização de empréstimo junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) no valor de US\$ 2,2 bilhões, destinados ao Programa de Reforma e Proteção Social. Os senadores questionaram uma aparente mudança na destinação dos recursos, devido a uma cláusula do contrato que impede a conversão dos dólares para desembolsos em reais e os vincula a pagamentos relativos ao serviço da dívida externa, o que impediria a sua aplicação nos programas sociais.

O líder do governo, senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), desculpou-se pelo equívoco de interpretação que, segundo ele, poderia ter sido evitado se ao pedido de autorização de empréstimo fossem anexadas as explicações dadas pelo ministro.

Segundo o ministro, o empréstimo faz parte do acordo firmado pelo Bra-



Martus Tavares recordou compromisso do governo com investimentos sociais

sil com o Fundo Monetário Internacional (FMI) no final do ano passado e busca recuperar a credibilidade internacional do Brasil ampliando as reservas cambiais. Martus Tavares explicou que o empréstimo do BID prevê o compromisso do governo brasileiro em manter investimentos mínimos em programas da chamada Rede de Proteção Social (RPS). Para isso, expli-

cou o ministro, o governo selecionou 22 programas nas áreas de educação, saúde, emprego/trabalho e assistência social, destinando R\$ 11,4 bilhões no Orçamento da União de 1999.

A senadora Heloísa Helena (PT-AL), autora do requerimento que resultou no comparecimento do ministro à CAS, questionou o montante a ser aplicado na área social e se os recursos são vinculados. Martus Tavares explicou que em 1995 estes 22 programas sociais receberam R\$ 5,3 bilhões, metade do que receberam em 1999, e que a vinculação de recursos não teve importância na definição da Rede de Proteção Social, mas sim o volume total de recursos aplicados. A senadora Marina Silva (PT-AC) apontou possível contradição do governo, uma vez que o presidente da República vetou dispositivo da Lei de Diretrizes Orçamentárias, que garante os investimentos na RPS. Tavares explicou que o veto se deveu à preocupação de não se colocar no texto da lei qualquer ampliação da destinação de recursos.

Fábricas de alimentos proibidas de usar chumbo em embalagens

O presidente da República sancionou ontem a lei que proíbe às fábricas de alimentos utilizarem a técnica da soldagem de chumbo e estanho para o acondicionamento de gêneros alimentícios. A soldagem será substituída pela costura eletrônica das embalagens. O projeto, apresentado em 1989 pelo então senador Márcio Lacerda, foi aprovado pelo plenário do Sena-

do no dia 19 de agosto, depois de ter recebido um substitutivo na Câmara dos Deputados.

A lei sancionada determina um prazo de dois anos, a partir da sua publicação, para as empresas se adequarem à nova norma. Os produtos secos ou desidratados foram excetuados da proibição. O relator da matéria na Comissão de Assuntos Econômicos foi o senador Lauro Campos (PT-DF).

Plenário vota quebra de sigilo de titulares de cargos eletivos

Projeto do senador Pedro Simon (PMDB-RS) estabelecendo que a Secretaria da Receita Federal (SRF) realize revisão obrigatória nas declarações de Imposto de Renda dos detentores de cargos eletivos nos âmbitos federal, estadual e municipal deverá ser votado hoje pelo plenário do Senado.

O projeto prevê que a mesma revisão seja feita nas declarações de dirigentes partidários, ministros e secretários de Estado, presidentes e diretores de autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações da União, estados, Distrito Federal e mu-

nicipios. Apresentada em 1995, a proposta recebeu parecer favorável na Comissão de Constituição e Justiça.

Pelo projeto de Simon, a Secretaria da Receita Federal deverá fazer análise comparativa entre as declarações de Imposto de Renda das autoridades públicas e eventuais sinais exteriores de riqueza, a partir de extratos e movimentos de contas. Assim, conforme a proposta, os ocupantes de cargos eletivos e diretores deverão submeter-se à quebra automática do sigilo de suas contas em instituições financeiras e afins.

Congresso Nacional aprecia vetos presidenciais a 60 projetos de lei

O Congresso Nacional reúne-se hoje, às 10h, para apreciar vetos presidenciais a 60 projetos de lei. Os vetos poderão ser derrubados ou mantidos pelos congressistas. Para derrubar o veto, são necessários os votos de metade mais um dos deputados e metade mais um dos senadores.

Dos 60 projetos, 25 receberam ve-

tos totais, entre os quais o que concede adicional de periculosidade aos carteiros; o que obriga a apresentação de receituário agrônomo para obtenção de financiamento agrícola; o que cria o Programa Empresarial de Alfabetização de Adultos; e o que dispõe sobre o piso salarial para médicos e cirurgiões-dentistas.

A votação será em cédula única.

Aumento do número de candidatos às eleições será analisado pela CCJ

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) volta a realizar hoje, às 10h, reunião destinada exclusivamente à análise das propostas que integram a reforma política. O primeiro item da pauta, a ser votado em caráter terminativo, é o projeto de lei do senador Sérgio Machado (PSDB-CE) que amplia o número de candidatos nas eleições. A proposição já tem pa-

recer favorável do senador Jader Barbalho (PMDB-PA).

Na última reunião, o presidente da CCJ, senador José Agripino (PFL-RN), encerrou a discussão da matéria. Pela proposta, os partidos poderão registrar candidatos até o limite de três vezes o número do total de vagas em disputa nas eleições proporcionais para deputados federal e estadual e para vereador.

CAS examina estabilidade para empregado portador de Aids

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) reúne-se hoje, às 9h, para apreciar pauta de 16 projetos, entre esses o de iniciativa do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), que tem parecer favorável do senador Tião Viana (PT-AC), dispondo sobre a estabilidade no emprego para o trabalhador portador de vírus HIV (Aids).

Presidida pelo senador Osmar Dias (PSDB-PR), a comissão analisa ainda proposta do Tribunal de Contas da União (TCU), segundo a qual as entidades fechadas de previdência privada adequarão seus benefícios ao limite máximo de 7% de sua folha de pagamento dos beneficiários.

Dez acordos internacionais são aprovados pela CRE

Dez projetos de decreto legislativo que dispõem sobre acordos internacionais, todos com pareceres favoráveis dos relatores, foram aprovados ontem pela Comissão de Relações Exteriores. Destes, quatro projetos tratam de acordos com a Argentina, entre eles o Acordo sobre Transporte Fluvial Transversal Fronteiriço de Passageiros, Veículos e Cargas. A comissão aprovou também os acordos de cooperação para funcionamento do Centro Único de Fronteira entre São Borja e São Tomé, sobre integração cultural e sobre isenção de vistos. Com a Venezuela foram aprovados dois acordos, um deles dispondo sobre a convenção interamericana para proteção e conservação das tartarugas marinhas e outro sobre o Tratado de Cooperação Amazônica. Também foi aprovado acordo de cooperação do Brasil com a República da Guiné-Bissau na área de turismo.



O senador Tião Viana apresentou requerimento para realização do debate

Cinco ministros estarão em seminário sobre a Amazônia

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), presidida pelo senador José Sarney (PMDB-AP), aprovou ontem requerimento do senador Tião Viana (PT-AC) para a realização de um seminário sobre o tema "A Amazônia - patrimônio ameaçado?". Deverão participar do seminário os ministros do Meio Ambiente, José Sarney Filho; das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia; da Defesa, Elcio Alvares; da Justiça, José Carlos Dias, e da Integração Nacional, Fernando Bezerra.

Os dois últimos não constavam do requerimento original, mas foram incluídos por sugestão dos senadores Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) e do presidente da CRE, senador José Sarney. Outra mudança foi a substituição do comandante do Exército, general Gleuber Vieira, pelo ministro da Defesa, Elcio Alvares.

Ao justificar seu requerimento,

Tião Viana argumentou que, às vésperas da virada do milênio, "ainda não estamos livres da ganância dos estrangeiros".

O ministro do Meio Ambiente deverá falar sobre o controle da devastação ambiental da Amazônia, enquanto o ministro da Defesa abordará a questão do risco de internacionalização da região. O ministro das Relações Exteriores falará sobre as providências que têm sido tomadas para prevenir e contestar matérias que são veiculadas na imprensa internacional questionando a autoridade do Brasil sobre a Amazônia, e o senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM) tratará da ação das ONGs na região.

Por sugestão de Tião Viana, José Sarney deverá presidir o seminário, cuja data de início deverá ser marcada na próxima reunião da Comissão de Relações Exteriores.

CPI investiga denúncias contra tribunal de MT

Senadores decidiram, também, nomear uma comissão para visitar o TJMT. Atividades foram prorrogadas até 30 de novembro, mas, a partir de 5 de outubro, sairão relatórios parciais sobre os demais casos em apuração

A comissão parlamentar de inquérito que está apurando denúncias de irregularidades cometidas no âmbito do Poder Judiciário decidiu por unanimidade prorrogar seus trabalhos até o dia 30 de novembro. O motivo é que a CPI passará a investigar as denúncias feitas contra membros do Tribunal de Justiça de Mato Grosso pelo juiz Leopoldino Marques do Amaral, cujo corpo, queimado e com dois tiros, foi encontrado no Paraguai na semana passada. A informação foi dada pelo presidente da comissão, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), na saída da reunião administrativa realizada no início da noite de ontem.

Outra decisão tomada pela CPI do Judiciário foi nomear uma comissão



Senadores Paulo Souto e Ramez Tebet participam da reunião da CPI

integrada por membros dos diversos partidos para, na próxima terça-feira, ir até Cuiabá visitar o Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT). Até lá, será preparado um roteiro que definirá os rumos da investigação das denúncias e dos fatos apontados como irregulares. Integram a comissão os

senadores José Eduardo Dutra (PT-SE), Maguito Vilela (PMDB-GO), Carlos Wilson (sem partido-PE) e o relator, Paulo Souto (PFL-BA).

O senador Ramez Tebet informou que, apesar da prorrogação dos trabalhos da CPI, o relator Paulo Souto poderá entregar a partir do dia 5 de outubro relatórios parciais sobre os demais casos que estão sendo apurados pela comissão. Hoje, a partir das 17 horas, os senadores voltarão a participar de uma reunião administrativa, para tratar de alguns assuntos ainda pendentes.

Sobre a polêmica se a CPI teria ou não poderes para investigar tribunais estaduais, Ramez Tebet esclareceu que existem vários fatos, entre eles a possibilidade de ligação com o narcotráfico e o próprio tribunal de Mato Grosso ter pedido a apuração das denúncias, que justificam a atuação da CPI.

Deputado mostra vantagens da municipalização da merenda

A municipalização da merenda escolar é um dos caminhos a serem seguidos para que crianças e adolescentes possam ter uma alimentação sadia e adequada aos hábitos alimentares das respectivas regiões, além de incentivar a produção local, com maior geração de emprego e renda. A idéia foi defendida pelo deputado Saulo Pedrosa, ex-prefeito de



Saulo Pedrosa depois na comissão mista criada para discutir soluções de combate à miséria

Barreiras (BA), durante palestra ontem na comissão mista criada pelo Congresso Nacional para discutir e propor soluções para o combate à miséria e à fome.

Segundo o parlamentar, somente com a descentralização da merenda escolar é que foi possível atender a todos os alunos da rede municipal de ensino, "colocando um ponto final na evasão escolar, com reflexos positivos na melhoria do aprendizado".

Saulo Pedrosa salientou que a municipalização tem três vantagens: incentiva a produção local, diminui o custo dos produtos e atende aos hábitos alimentares locais. A seu ver, a merenda escolar deve ser adequada ao estado nutricional de cada aluno, ou seja, se uma criança estiver totalmen-

te desnutrida, a escola tem que fornecer refeições completas.

A senadora Marina Silva (PT-AC), vice-presidente da comissão, voltou a defender o que chamou de inversão de valores dentro das administrações, priorizando a educação, a saúde e o saneamento básico. Para ela, a opção pelo social, no atual quadro brasileiro, é um compromisso ético dos governantes em relação à população carente.

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) elogiou o trabalho do ex-prefeito de Barreiras e sugeriu que o seu depoimento, bem como os de outras autoridades que venham a comparecer à comissão e que tragam subsídios concretos para o combate à pobreza, seja impresso e distribuído às prefeituras de todo o país.

Notificado pelo STF, Calheiros critica Covas

O senador Renan Calheiros (PMDB-AL) anunciou ontem que recebeu notificação do Supremo Tribunal Federal (STF) para que responda a interpelação encaminhada àquela corte pelo governador de São Paulo, Mário Covas. O senador se disse honrado por receber o despacho do STF, "porque nem todos têm o privilégio de ser interpelados por um trânsito de ética e da moralidade", e assegurou que responderá a Mário Covas reiterando o que afirmou em carta "cujo teor o governador quer conhecer".

Renan Calheiros disse que o governador explicitou divergências políticas, "todas elas geradas por interesses inconfessáveis", quando ele, Calheiros, estava à frente da pasta da Justiça. Na sua opinião, as ambições políticas do governador paulista estariam "encarnadas na no-

meação que ele, Covas, fez para o Ministério da Justiça", referindo-se ao ministro José Carlos Dias.

— As poucas providências foram no sentido de estadualizar as duas maiores licitações em curso naquela pasta: o projeto de construção de presídios, no valor de R\$ 500 milhões, onde São Paulo tem 30%, e a inspeção técnica veicular, de R\$ 1,5 bilhão anuais, onde São Paulo já detém 47% do mercado — afirmou.

Com sua saída da equipe de governo, as prioridades do Ministério da Justiça teriam sido invertidas, com o abandono do progra-

ma de proteção a testemunhas, "e por isso o juiz Leopoldino Marques e outros não tinham proteção policial"; o abandono da proibição da venda de armas; o "enterro" do Código de Trânsito; e a retirada do projeto de reforma do Código Penal, que já havia sido encaminhado ao Palácio do Planalto.

Após comentar que fazia sentido

o governador ser homenageado pelos donos de supermercados — "afinal, na briga para que os mercados colocassem o preço no produto e parassem de lesar o consumidor, eu sei de qual lado ficou o governador" —, Calheiros finalizou sua comunicação aconselhando Mário Covas a submeter-se "a uma inspeção ética regular-

mente, já que ele demonstra tanto gosto por inspeções".



Renan Calheiros: governo abandonou programa de proteção a testemunhas

Machado diz que ética marca a vida do governador

Em resposta ao senador Renan Calheiros, o líder do PSDB no Senado, Sérgio Machado (CE), disse estranhar que o parlamentar algoano tenha falado de falta de ética ao referir-se a um homem como Mário Covas, que tem um passado conhecido publicamente. Sérgio Machado destacou que Covas tem "toda uma história



Sérgio Machado garante que Mário Covas nunca se curvou aos poderosos

marcada pela ética, um caminho que este país todo respeita, e sempre esteve do lado certo, sem nunca se curvar aos poderosos".

O líder confessou-se "pasmado" com o pronunciamento de Calheiros, tanto que por um momento achou que o ex-mi-

nistro da Justiça "falava de outra pessoa, de outro estado, jamais de Mário Covas, que sempre honrou o Senado e o país".

O senador Pedro Piva (PSDB-SP), impedido regimentalmente de se manifestar naquele momento, anunciou que hoje fará pronunciamento em defesa do governador de seu estado.

Mário Covas, enfatizou Sérgio Machado, ao assumir o governo de São Paulo, encontrou o estado em situação crítica e saneou as finanças públicas estaduais.

Um símbolo para o PSDB, assegurou o líder, o governador paulista, que foi candidato à Presidência da República pelo partido, é um democrata que sem-

pre aceitou o contraditório e respeitou seus adversários políticos e é conhecido pela dignidade política com que sempre defendeu suas posições.

— Não vamos confundir interesse político com a ética — finalizou.

Dirigindo-se à Mesa, o senador José Eduardo Dutra (PT-SE) registrou sua concordância com a interpretação dada ao Regimento da Casa pelo presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, permitindo que Renan Calheiros fizesse comunicação de liderança relevante no decorrer da Ordem do Dia.

Antonio Carlos Magalhães afirmou que o caso era uma interpelação judicial dirigida a um senador e que a Mesa julgou, por isso, que cabia dar a Renan Calheiros a oportunidade de se pronunciar. "Evidentemente, é um caso excepcional", disse a Dutra.

Aprovada ampliação das opções de adesão ao Simples

Sistema de pagamento integrado de impostos poderá ser adotado por empresas prestadoras de serviços profissionais com renda bruta anual inferior a R\$ 120 mil, conforme projeto acolhido em caráter terminativo pela CAE

As empresas prestadoras de serviços profissionais, com renda bruta anual inferior a R\$ 120 mil, poderão se beneficiar dos critérios estabelecidos pelo Sistema Integrado de Pagamentos de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte (Simples), conforme projeto aprovado ontem, em caráter terminativo, pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). O projeto é de autoria do senador Luiz Estevão (PMDB-DF) e foi relatado por Luiz Otávio (PPB-PA), que destacou o grande contingente de contribuintes que poderá se beneficiar do projeto.

As empresas de pequeno porte definidas pela lei são as que prestam serviços profissionais de corretor, representante comercial, despachante, médico, dentista, enfermeiro, veterinário, engenheiro, arquiteto, físico, químico, economista, contador, auditor, consultor, estatístico, administrador, programador, analista de



A comissão também aprovou projeto de Edison Lobão que acaba com a pena de prisão para quem não recolhe tributos

sistemas, advogado, psicólogo, professor, jornalista, publicitário, fisicultor ou assemelhados.

A CAE aprovou também, em caráter terminativo, projeto de Edison Lobão (PFL-MA) que extingue as punições de prisão para os inadimplentes de tributos

ou contribuição social. Lobão justifica que a prisão do devedor insolvente de nada adiantará para o erário, e ainda agravará mais a situação econômico-financeira do devedor.

— Sempre que não se trate de delito caracterizado pela periculosidade ou vio-

lência do agente, identifica-se um simplismo legal na mera privação da liberdade. E, evidente, não se vislumbra qualquer perigo numa pessoa apenas porque se tornou devedora — afirmou o senador maranhense. O projeto foi relatado por Gilberto Mestrinho (PMDB-AM).



Ao lado do presidente da CAE, Ney Suassuna, Gesner disse que o Cade está atento a novas fusões

Presidente do Cade fala sobre fusão de empresas

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) ouviu ontem o presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), Gesner de Oliveira, que falou sobre fusões de empresas. A comissão convidou Gesner para abordar especificamente a fusão das cervejarias Brahma e Antarctica, mas o presidente do Cade disse que o assunto ainda está em exame.

Respondendo a indagação do senador Eduardo Suplicy (PT-SP), Gesner disse que considera normal o fato de o Cade não ter sido comunicado com antecedência sobre a fusão entre as cervejarias. “A lei dá até 15 dias para a comunicação”, disse Gesner.

Suplicy também questionou sobre as notícias dando conta de fusões entre companhias de aviação civil. Gesner explicou que o órgão está atento e já discute com o Departamento de Aviação Civil a adoção de critérios mais favoráveis à livre concorrência.

O senador Roberto Saturnino (PSBRJ) questionou Gesner sobre os efeitos das fusões de empresas multinacionais com filiais no Brasil. Segundo o presidente do Cade, sempre que duas empresas se fundem no exterior, como no caso da Kolynos e da Colgate, o órgão pode tomar medidas para impedir que a junção das filiais cause prejuízos à livre concorrência. A Kolynos, por exemplo, teve que substituir temporariamente a marca Kolynos pela Sorriso.

Gesner disse esperar que o Cade seja mais cobrado pela sociedade a fim de que se torne mais ativo. Ele sugeriu que o órgão envie ao Senado a agenda de trabalho do Cade até o ano 2004. Sempre que a fusão de empresas ocorre sob condições, explicou, o Cade acompanha os procedimentos da nova companhia para observar se as demais empresas do setor e os consumidores não estão sendo prejudicados.

Senadores autorizam rolagem de dívidas municipais com a União

Os municípios poderão contratar operações de crédito junto à União para a consolidação, assunção e refinanciamento da sua dívida, sem o protocolo de aprovação individual, dada pelo Senado, para cada pedido de operação, segundo parecer favorável a projeto de resolução aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). A matéria seguirá para votação no plenário em caráter de urgência. “Nada mais oportuno e racional do que o presente projeto de resolução, concedendo uma autorização global às operações de crédito para refinanciamento da dívida dos municípios pela União”, observou José Fogaça (PMDB-RS), um dos defensores da proposta.

O relator do projeto, Luiz Otávio (PPB-PA), deu parecer favorável ao projeto original, de Osmar Dias (PSDB-PR), nos termos de um substitutivo. Osmar fez questão que o substitutivo levasse em conta dois artigos de sua proposta, que foram aceitos pelo relator e aprovados junto com o substitutivo.

Um deles estabelece que o Senado poderá sustar qualquer operação contratada entre o governo e os municípios, por meio de resolução, caso não atendam

aos dispositivos da legislação em vigor ou prejudiquem o equilíbrio fiscal do país. O outro artigo estabelece que a autorização para a contratação de operações de crédito nesses termos deve ser exercida no prazo de 270 dias, a contar da publicação da resolução.

Segundo Luiz Otávio, a proposição preserva o controle do Senado sobre essas operações de crédito, por intermédio de relatórios sobre cada uma delas, que serão encaminhados pelo Banco Central aos parlamentares. Pelo projeto, ficam excluídos da autorização novos pedidos de composição, prorrogação das dívidas refinanciadas ou alterações, a qualquer título, das condições de refinanciamento estabelecidas.

As operações também deverão seguir regras da Resolução nº 78, do Senado, que trata de limites para empréstimos e operações de crédito para estados, municípios e o Distrito Federal, bem como as regras estabelecidas pela Medida Provisória nº 1.891-6, de 29 de julho deste ano, que dispõe sobre critérios para o refinanciamento da dívida pública mobiliária de responsabilidade dos municípios.

Projeto cria condições para a implantação do seguro rural

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou parecer favorável ao projeto de lei complementar que institui o Sistema de Apoio ao Seguro Rural. De autoria de Edison Lobão (PFL-MA), o projeto foi relatado por José Alencar (PMDB-MG) e permite que as empresas seguradoras, públicas ou privadas, possam operar o seguro rural, que cobrirá danos causados por incêndio e raio, pragas e doenças, tromba d'água, ventos fortes e frios, granizo, chuva excessiva, seca e geada em todas as atividades agrícolas e pecuárias.

O projeto, que ainda será submetido ao plenário, foi elogiado pelos senadores da comissão. Osmar Dias (PSDB-PR) lembrou que o seguro rural, que nunca existiu no país, há muito tempo é uma necessidade da atividade agrícola. Lobão disse que apresentou a proposta para dar aos agricultores os recursos de que precisam para investir. Jefferson Péres (PDT-AM) elogiou o projeto, mas ponderou que a matéria só poderá entrar em vigor se a Câmara aprovar uma proposta de emenda constitucional que tramita naquela Casa, dispondo sobre a integração do sistema financeiro nacional.

Os senadores votaram favoravelmente

à matéria esperando que a PEC da Câmara seja aprovada. Além disso, o projeto de Lobão ainda seguirá para a Câmara, se for aprovado pelo plenário do Senado. Os senadores Carlos Bezerra (PMDB-MT), José Fogaça (PMDB-RS) e Ney Suassuna (PMDB-PB), presidente da CAE, elogiaram o projeto e recomendaram sua aprovação.

Pela proposta, o seguro rural será coordenado e fiscalizado por uma comissão federal permanente, a partir da regulamentação da lei. São modalidades do seguro rural os seguintes seguros: agrícola, pecuário, de bens, equipamentos, benfeitorias e produtos agropecuários, temporário de vida dos produtores rurais e de crédito para comercialização de produtos agropecuários.

Na mesma reunião, a CAE aprovou parecer favorável de Edison Lobão a projeto de lei do senador Luiz Estevão (PMDB-DF) que altera a legislação sobre entidades de previdência privada. Segundo o projeto, o Conselho Monetário Nacional poderá estabelecer um percentual mínimo de aplicação das reservas técnicas dos fundos de pensão em títulos da dívida pública federal.

Covas e Garotinho irão à CAE discutir endividamento

O governador de São Paulo, Mário Covas, participará dos debates sobre a rolagem da dívida do estado na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), em reunião que será realizada na próxima quarta-feira, às 17 horas. O senador Osmar Dias (PSDB-PR) é o relator de dois projetos com pedidos de refinanciamento para a dívida do estado. O comunicado sobre a vinda de Covas foi feito pelo presidente da CAE, Ney Suassuna (PMDB-PB), que falou com o governador.

Suassuna anunciou ainda que o governador do Rio, Anthony Garotinho, também já manifestou sua disposição de vir à comissão após a negociação entre o governo do estado e o Ministério da Fazenda, sobre o refinanciamento da dívida do Rio, de R\$ 25 bilhões. O relator dessa matéria na comissão também é Osmar Dias.

A CAE aprovou ontem requerimento de Jefferson Péres (PDT-AM) convocando para audiência pública, na comissão, o ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Alcides Tápias, e o presidente do BNDES, Andrea Calabi. Eles deverão falar sobre as estratégias do governo para a retomada do desenvolvimento.



Autor do projeto que cria o seguro rural, o senador Edison Lobão (à direita) diz que a medida facilitará os investimentos na agricultura

Suplicy: revolta na Febem é sintoma da crise social

Senador visita menores que se rebelaram no final de semana em São Paulo e constata espancamentos e maus-tratos. Ele diz que governo federal precisa urgentemente enfrentar problema da miséria e da pobreza

Mozarildo suspeita de irregularidades na Funai

O senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) denunciou ontem a contratação, pela direção da Fundação Nacional do Índio (Funai) em Roraima, de uma média de sete horas diárias de vôo, que, segundo ele, dariam para percorrer o estado de norte a sul e de leste a oeste pelo menos duas vezes por dia. O contrato teria sido



Mozarildo: vôos dariam para percorrer todo o estado

feito através de convênio da Funai com a Fundação Nacional de Saúde:

— Está muito claro que este pagamento feito para vôos ficou mais em terra e talvez no bolso dos dirigentes daqueles órgãos. E o mais grave é que recursos destinados à assistência à saúde dos índios, principalmente os

ianomâmis, e ao pagamento de profissionais do setor também foram desviados — disse Mozarildo Cavalcanti.

O senador observou que a CPI da Câmara dos Deputados que investiga a atuação da Funai esteve em Roraima por três dias, tempo que o senador considerou insuficiente para se aprofundar em “questões

que estão por baixo do tapete”. Por isso, ele disse que enviará essas informações à comissão na expectativa de que os índios não mais fiquem “à mercê de maus administradores que não fazem cumprir as suas obrigações e se utilizam da causa indígena para auferir lucros e vantagens”.

Heloísa presta solidariedade a juíza ameaçada em Alagoas

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) manifestou ontem sua solidariedade à juíza de Porto Calvo, em Alagoas, Nirvana de Melo Vianna, que está sendo ameaçada de morte, em função de suas denúncias de um esquema de prostituição infantil na cidade:

— Como alagoana, sinto-me constrangida ao ver uma cidade do meu estado, que já tem a marca da pistolagem, sendo palco de um episódio abominável de prostituição infantil envolvendo juízes, promoto-

res, políticos e fazendeiros — disse Heloísa Helena.

A senadora protestou contra as ameaças que pesam sobre a juíza. “Quem se utiliza da prostituição infantil não é um homem, mas um lixo humano. Louvo a coragem da juíza Nirvana e peço às autoridades federais em Brasília que lhe ofereçam a proteção necessária, impedindo que o assassinato de que foi vítima seu cunhado não se repita com ela”, concluiu.

A fuga de 644 menores da unidade da Febem da Imigrantes, na cidade de São Paulo, no último final de semana, e o arrastão promovido por adolescentes no Rio de Janeiro, na semana passada, são sintomas do agravamento da situação social no país, segundo alertou ontem o senador Eduardo Suplicy (PT-SP). Ao lamentar a



Suplicy teme agravamento da crise social no país

lentidão das medidas governamentais de combate às desigualdades sociais, Suplicy defendeu a aprovação de projeto de lei de sua autoria que cria parâmetros para a definição de uma linha oficial de pobreza no país.

Suplicy comentou informação divulgada ontem pela *Folha de S. Paulo* dando conta de que 8,6 milhões de pessoas estão sem receber cestas básicas desde julho devido a cortes no programa de distribuição emergencial de alimentos. Para o senador, o governo deveria utilizar instrumentos de política econômica de maior racionalidade, como a ga-

rantia de renda mínima para todos os cidadãos. O senador disse que teve a oportunidade de ressaltar, em seminário sobre erradicação da pobreza, promovido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento

Econômico e Social (BNDES), a importância de se definir uma linha oficial de pobreza para a conscientização da sociedade.

Conforme Suplicy, o governo federal poderia transmitir à nação, pelo menos uma vez por ano, informações sobre o número de pessoas que se encontram abaixo dessa linha oficial de pobreza e quais os instrumentos e metas para a progressiva erradicação da miséria.

A superlotação na Febem preocupa Suplicy, que afirmou ter visitado a unidade da Imigrantes no último domingo, quando conversou com menores, pais, diretores e funcionários. Muitos internos se queixaram de maus-tratos, revelando que inúmeras vezes foram espancados.

Mauro elogia reformas em *O Popular*

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) destacou ontem a qualidade do jornal *O Popular*, de Goiânia, prestando uma homenagem à memória de seu fundador, jornalista Jayme Câmara. O diário, ressaltou o senador, vem passando por uma revolução editorial que tem-se refletido em ganho de qualidade.

Mauro Miranda, que se tornou leitor assíduo da publicação, ob-



Mauro: jornal está ressuscitando as grandes reportagens

servou que *O Popular* está ressuscitando a reportagem, “um gênero de jornalismo que já foi o carro-chefe das grandes revistas e dos grandes matutinos deste país e que foi aos poucos sendo abandonado desde que apareceu a televisão”. Mauro disse que o jornal tem tratado de temas como a degradação do rio Araguaia e a des-

truição gradativa de áreas de preser-

vação do cerrado, tornando-se “uma das instituições mais preocupadas com o meio ambiente no país”.

O senador também elogiou o espaço que o jornal vem dedicando às entrevistas políticas, com personalidades como o presidente Fernando Henrique Cardoso, o secretário-geral da Presidência, Aloísio Nunes Ferreira, e o vice-presidente Marco Maciel, apresentando, assim, “uma cobertura política da melhor qualidade”. Mauro Miranda congratulou diretores e jornalistas de *O Popular* pelo trabalho realizado.

Maguito denuncia indústria de multas

Reportagem em que o jornal *O Popular*, de Goiânia, aponta irregularidades no contrato entre o Departamento de Estradas de Rodagem de Goiás (DER-GO) e duas empresas de fiscalização foi destacada ontem pelo senador Maguito Vilela (PMDB-GO). Ele criticou a cláusula que prevê, segundo o jornal, a obrigação de, no prazo de 60 meses, aplicarem-se aos usuários das rodovias goianas 2 milhões e 340 mil multas, perfazendo a média de 39 mil multas por mês.

Observando que o correto é promover a fiscalização ostensiva, que inibe possíveis infratores, reduz o número de acidentes e de vítimas,

Maguito lembrou que o Ministério Público conseguiu a suspensão e devolução do valor das 43 mil multas que já haviam sido aplicadas em todo o estado:

— A investigação da reportagem constatou que, para alcançar a meta, essas multas estavam sendo aplicadas irregularmente através de radares camuflados. As empresas responsáveis pela fiscalização escondiam no meio do mato, à beira das rodovias, automóveis comuns equipa-



Maguito: empresas emitiram 39 mil multas mensais

dos com radares, para flagrar, sem aviso ostensivo nenhum, motoristas que ultrapasassem os limites de velocidade — disse o senador.

Ao destacar que o Tribunal de Contas do estado e o Ministério Público iniciaram investigação mais minuciosa do contrato de fiscalização, Maguito manifestou a expectativa de que “sejam punidos os responsáveis por essa aberração, servindo de exemplo para que outras ações como essa — uma milionária indústria de multas — não sejam perpetradas”.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h55 — *Senado em Pauta*
7h — *Saúde Todo Dia* — Natação para bebês
7h30 — *Especial Unip* — Próstata (1ª parte)
7h55 — *Senado em Pauta*
8h — *Jornal do Senado*
8h25 — *Senado em Pauta*
8h30 — *Entrevista* — O senador Geraldo Althoff fala sobre o problema do sarampo no Brasil
8h55 — *Senado em Pauta*
9h — Comissão de Assuntos Sociais (ao vivo)
10h — Sessão do Congresso Nacional
14h30 — Sessão Plenária (ao vivo)
Logo após — CPI dos Bancos (ao vivo)
21h — *Jornal do Senado*
21h25 — *Senado em Pauta*
21h30 — *Debate* — O senador Sebastião Rocha e o médico Laércio Valença falam sobre a relação entre câncer de pulmão e tabagismo
22h30 — Sessão Plenária (reapresentação)

RÁDIO SENADO

HOJE

8h — *Agenda Senado*
Em seguida — Música e informação
9h — Comissão de Assuntos Sociais
Em seguida — Música e informação
10h — Sessão Conjunta do Congresso Nacional
Em seguida — Música e informação
14h30 — Sessão Plenária do Senado (ao vivo)
Em seguida — Música e informação
19h — *A Voz do Brasil*
Em seguida — Música e informação
20h30 — *Senado em Linha Direta* — Edição Nordeste
Em seguida — Música e informação
21h — *Senado em Linha Direta* — Edição Norte/Centro-Oeste
Em seguida — Música e informação
21h30 — *Senado em Linha Direta* — Edição Sul/Sudeste
Em seguida — Música e informação
0h — Sessão Plenária do Senado (reprise)
Em seguida — Música e informação

CPI dos Bancos ouve diretor do Bozano

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Sistema Financeiro deve ouvir na reunião de hoje, que começa às 17h, o depoimento do diretor do Banco Bozano, Simonsen, Cristiano Buarque Franco Neto. Ele será argüido sobre empréstimo supostamente irregular, no valor equivalente a US\$ 41 milhões, concedido a um único cliente — Yssuyuki Nakamo, que também deverá ser ouvido.

O objetivo da convocação, requerida pelo senador Jader Barbalho

(PMDB-PA), é contribuir para a investigação de práticas ilegais e irregulares no sistema financeiro, como a sonegação de impostos e a elisão fiscal (utilização de brechas legais para o não-pagamento de tributos).

A ocorrência dessas práticas e de outras, como a limitação da compensação de prejuízos e a maquiagem de balanços, foi abordada na exposição feita em maio na CPI pelo secretário da Receita Federal, Everardo Maciel.

Segundo o requerimento de Jader, o empréstimo concedido a Nakamo pelo Bozano, Simonsen teria correspondido na época a um terço do patrimônio do banco, conforme amplamente noticiado pela imprensa

Os jornais informaram ainda que as operações entre a instituição financeira e seu cliente não teriam sido normais. Além disso, conforme a imprensa, as garantias apresentadas por Nakamo para fazer jus ao dinheiro seriam frágeis.

Transposição de águas preocupa Maria do Carmo

Senadora propõe criação de comissão temporária para analisar projeto do governo, que considera tecnicamente frágil, de redirecionamento de parte da vazão do rio São Francisco para a região do semi-árido nordestino

A fragilidade técnica do projeto de transposição das águas do rio São Francisco elaborado pelo governo federal e o fato de ele envolver várias unidades federadas levaram ontem a senadora Maria do Carmo (PFL-SE) a ocupar a tribuna para propor a criação de uma comissão temporária para analisar a proposta e sua sustentação técnica. Ela sugeriu que a comissão se reúna com representantes das regiões "importadora" e "exportadora" de águas, respectivamente, do semi-árido nordestino e do vale do rio São Francisco.

A senadora salientou que transposições de grande porte como a prevista não são apenas uma obra de engenharia, daí sua preocupação com "a falta de clareza sobre os aspectos de gestão das águas do rio" e com a indefinição acerca dos responsáveis pelos altos custos de operação e manutenção da transposição.

Em aparte, o senador Osmar Dias (PSDB-PR) destacou o caso de Israel, "que teve a ousadia de fazer um canal subterrâneo a partir do mar Morto e irrigou todo o território israelense", garantindo a subsistência alimentar de sua população e suprindo o excesso de demanda européia por flores e frutas. Para tal, investiu a indenização recebida após a Segunda Guerra Mundial, da

ordem de US\$ 6 bilhões, enfatizou. Ele sugeriu que a discussão sobre a transposição do rio São Francisco especifique detalhadamente qual o volume de recursos necessários, a área irrigada e a produção que será atingida, com respectivos empregos diretos e indiretos a serem gerados. Agnelo Alves (PMDB-RN) disse que a situação nos estados da Paraíba, Ceará e Rio Grande do Norte já é tão crítica que eles sequer estão pedindo que as águas do rio sejam utilizadas em irrigação, "tamanhas as dificuldades levantadas quando se fala de transposição". Estes estados, afirmou, precisam de água para

viver, e a transposição não precisaria ser permanente, mas temporária, conforme os efeitos da estiagem sobre arroios e açudes.

FHC E O CONGRESSO

Maria do Carmo também fez questão de registrar sua indignação com os comentários feitos na segunda-feira pelo presidente da República ao Congresso. Na sua opinião, a instituição não merece as referências. "Se alguns merecem", acrescentou, "que o presidente se dirija a eles. E quem determina as altas taxas de juros não é o Congresso, é o Banco Central".



Maria do Carmo rejeitou críticas de FHC ao Congresso

Heloísa Helena apóia proposta e quer urgência para debate

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) defendeu ontem urgência para o debate sobre a transposição do rio São Francisco, independente da forma escolhida para realizá-lo. A senadora já havia proposto a realização de audiência pública conjunta das comissões de Assuntos Sociais (CAS), de Assuntos Econômicos (CAE) e de Infra-Estrutura (CI), com a participação dos ministros e técnicos envolvidos ou res-



Heloísa Helena sugeriu audiência pública de três comissões

ponsáveis pela questão. Heloísa Helena também apoiou proposta da senadora Maria do Carmo (PFL-SE) para criação de uma comissão temporária que analisaria o projeto. Segundo a senadora, o debate não pode ser visto como uma disputa entre os estados banhados pelo rio São Francisco e aqueles que não o são.

Em aparte, o senador Silva Júnior (PMDB-PB) disse que o Brasil está às vésperas de uma crise em relação ao uso da água doce e defendeu um debate desapaixonado em torno da transposição

do rio São Francisco. Para o senador, o mais importante é aproveitar o potencial do rio sem arriscar a sua sobrevivência. "O rio deve ser um instrumento que possa efetivamente servir aos estados sem criar problemas futuros", avaliou.

O senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) disse que um dos assuntos mais graves e menos falados é a questão do desperdício de água, área em que o Brasil é campeão. "Será a maior dificuldade do próximo milênio", afirmou. Bezerra lembrou ainda que, em Mato Grosso, vários rios morrem de uma hora para outra e que o rio Cuiabá está quase seco devido ao assoreamento.

O senador Agnelo Alves (PMDB-RN) defendeu a criação de uma comissão especial e a convocação do ministro da Integração Nacional e de técnicos para explicarem o projeto de transposição das águas do rio São Francisco.

Osmar Dias elogia a aprovação de seguro rural

O senador Osmar Dias (PSDB-PR) destacou a aprovação ontem, pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), de um projeto de autoria do senador Edison Lobão (PFL-MA), com emenda de sua iniciativa, que possibilita a implantação do seguro rural. Ele também lembrou que na semana passada a mesma comissão aprovou projeto de sua autoria, relatado pelo senador Bernardo Cabral (PFL-AM), criando o fundo de aval, que possibilitará que os municípios concedam aval em operações de crédito para pequenos agricultores e pequenos empresários do país.

— O projeto do seguro rural permitirá que possamos dar aos produtores rurais do Brasil o mesmo direito que têm os empresários de outras atividades e os agricultores de outros países mais desenvolvidos.

A explicação apresentada pelo senador do Paraná para o fato das seguradoras da iniciativa privada não se sentirem estimuladas para investir nesse setor é o alto risco oferecido pela atividade agrícola. Osmar Dias lembrou que o produtor sempre está sujeito a enfrentar uma seca durante o desenvolvimento da cultura, a chuvas na colheita, ou outras intempéries climáticas que podem impedir uma safra normal.

A emenda apresentada por Osmar permite que sejam alocados recursos do Tesouro para um fundo de estabilidade, já existente desde 1954, que viabiliza o financiamento para as empresas de seguro pagarem apólices quando houver sinistros em uma região ou estado.

— Quando o problema climático ocorrer em alguma ou algumas propriedades rurais, e a frustração de safra não permitir o pagamento dos investimentos feitos pelo produtor, a seguradora ficará obrigada a cobrir aquele prejuízo. Mas no momento em que o fenômeno climático ocorrer em toda uma região ou em todo um estado, aí entra o fundo de estabilização, onde a seguradora receberá apoio oficial para atender à demanda de indenização — exemplificou Osmar Dias.



Osmar lembrou que produtor se sujeita a intempéries

Amorim diz que governo quer "enlamear" parlamentares

O senador Ernandes Amorim (PPB-RO) condenou ontem as críticas do presidente Fernando Henrique Cardoso ao Congresso, dizendo que, "diante da queda contínua de sua popularidade nas pesquisas, ele se sentiu desconfortável e tentou enlamear os parlamentares, responsabilizando o Congresso pelas mazelas em que está imerso o país".



Ernandes Amorim vê o Brasil perdido e desorganizado

Amorim afirmou que o Brasil está perdido e desorganizado, lembrando que o presidente anuncia planos e programas que não são levados adiante. "Para gerir o Brasil, ele nomeia banqueiros ou amigo de banqueiros. Não é assim que ele vai dar jeito no país, nem tampouco com ilusões como o Plano Plurianual, feito para enganar a população. Ao despejar sua raiva sobre o Congresso, ele mostra sua fraqueza", disse o senador.

Para Amorim, o Senado tem até ajudado o governo. "A Casa votou tudo o que o presidente quis. Votou um projeto Sivam para gerar 20 mil empregos nos Estados Unidos. Aprovou a reeleição com rapidez, mesmo

precisando votar, irregularmente, rolagens de dívidas e financiamentos para estados inadimplentes, como Mato Grosso e São Paulo. Tudo para garantir a vitória de FHC."

O senador disse que o presidente não pode se queixar do Congresso como um todo. "Se não está satisfeito, deve cobrar de sua base de sustentação parlamentar. Mas há senadores que ainda não foram 'alugados' pelo

governo à custa de benesses e privilégios. Hoje o presidente condena o Congresso, amanhã responsabilizará a Xuxa e depois os agricultores. Mas se esquece de ouvir as ruas", ressaltou Ernandes Amorim.

Em aparte, o senador Maguito Vilela (PMDB-GO) considerou o pronunciamento de Amorim "interessante, oportuno e brilhante". Segundo Maguito, o Brasil não está precisando tanto de ajuda. "Está precisando é que parem de atrapalhar setores importantes da economia como os agricultores." Ele lembrou o anúncio, pelo Banco do Brasil, da suspensão dos financiamentos do Fundo Constitucional do Centro-Oeste e o abandono das rodovias, observando que a situação vai piorar com a chegada das chuvas.

Alcântara registra Semana de Fruticultura do Ceará

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) registrou ontem a abertura em Fortaleza da "6ª Semana de Fruticultura e Agroindústria do Ceará", assinalando que o evento tem como objetivo discutir tecnologia para o desenvolvimento do agronegócio. Para o senador, o Nordeste tem todas as condições para fazer crescer este setor.



Alcântara citou vantagens comparativas do Nordeste

Alcântara informou que os produtores estão se mobilizando para participar do Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Fruticultura Irrigada do Nordeste e do Programa de Promoção das Exportações de Frutas, visando à exportação dos produtos.

— Considerando as vantagens comparativas que o Nordeste tem, mediante uma boa logística e o domínio da tecno-

logia, que vai desde o plantio até a colheita, o transporte e a comercialização das frutas, seguramente conseguiremos obter lucro certo. Por isso esperamos que esta semana dê os resultados a que se propõe e que venha coroar os esforços que estão sendo feitos, procurando incrementar a fruticultura no Nordeste — afirmou.

O assunto, observou Alcântara, está relacionado com os temas tratados an-

teriormente no plenário pelos seus colegas — os problemas da agricultura e da água. Ele disse ser favorável a uma discussão ampla sobre a transposição das águas do rio São Francisco para os outros estados, frisando que a matéria deve ser examinada "com senso de responsabilidade e com rapidez porque existem regiões que não têm outra alternativa".